

ÁFRICA: PARA ALÉM DE UM CONTINENTE EM CONEXÃO

Entrevista com a Profa. Vanicleia Silva Santos

Gustavo Silva Mattos

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Bolsista do PET/ Ciências Sociais.

Contato:

haregustavomattos@gmail.com

Maurício Sousa Matos

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Membro do Conselho Editorial da Revista Três Pontos.

Contato:

mauriciosousamatos@gmail.com

Inaugurando aqui duplamente o lançamento do primeiro dossiê temático e o compromisso em tornar permanente diálogos com especialistas a partir de entrevistas, conversamos com Vanicleia Silva Santos que é graduada em História pela UNEB, Mestre em História pela PUC-SP e Doutora em História pela USP, além de professora adjunta no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É também a Coordenadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/UFMG). Além de compor o Comitê Científico Internacional da UNESCO para Elaboração do IX Volume de História Geral da África (2013-2016).

Numa conversa agradável na Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas da UFMG, tendo como foco "África" para além de um continente em conexão e a partir da trajetória de pesquisas da Professora Vanicleia mergulhamos em acontecimentos, fatos e possibilidades sobre a História da África imprescindíveis pra entender a própria História e formação do Brasil. Conversando sobre a importância e as mudanças anunciadas pela Lei nº 10.639/03; dos ainda recentes estudos africanos com respaldo nas universidades brasileiras; a experiência das Formações Transversais, em especial da Formação Transversal em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, experimentadas pelos estudantes da graduação na UFMG como possibilidades de incentivar o espírito crítico e aprofundar a compreensão de grandes questões de relevância social, política e acadêmica. O diálogo é atravessado pela importância da educação na transformação de práticas e ações que merecem ser questionadas. São traçadas alguns apontamentos acerca dos novos movimentos negros e da produção intelectual de negras e negros na universidade, além de um balanço do cenário brasileiro de compreensão da própria história e de perspectivas de mudanças em curso.

Três Pontos: Conte-nos sobre sua trajetória enquanto professora e pesquisadora de História da

África?

Vanicleia: O meu envolvimento com a história da África começa mais precisamente com meu ingresso no doutorado, na Universidade de São Paulo. Então lá eu entrei com um projeto para estudar a ideia da religiosidade africana no Brasil, na Bahia, no século XVIII, e a minha orientadora, que era a Marina de Mello e Souza já era concursada na USP como professora de história da África, ela sugeriu então que eu pesquisasse a história da África partindo do pressuposto que para entender os africanos no Brasil é preciso entender a história da África. Foi por aí que eu comecei as minhas pesquisas. Em 2008 eu terminei meu doutorado com uma pesquisa sobre a tradição do uso de bolsas de mandinga no Brasil, tentando pesquisar qual era a origem, se estava associada a algum povo específico ou se era uma tradição mais, como a historiografia chama, uma recriação cultural dos africanos no Brasil. Então a tese girou em torno desse problema e depois do doutorado eu continuei e continuo pesquisando e escrevendo sobre a história da África, com um enfoque no século XVIII e XVII em Angola e Guiné.

TP: É o primeiro dossiê que lançamos, inclusive tendo como temática **África**. Qual a importância em se valorizar os estudos africanos dentro da universidade [pública] brasileira?

V: É importante a gente situar primeiro a Universidade, a própria UFMG e o Estado de Minas em relação à história da África. A história da África enquanto disciplina obrigatória era constituída na educação básica através da Lei nº 10.639, ou seja, uma lei obriga o ensino de história da África no ensino básico. Não obriga a Universidade, isso é um ponto importante, a obrigatoriedade é para a escola, não para o ensino superior. Mas a criação de uma lei também criou uma demanda: ninguém pode ensinar o que não sabe. E aí é um movimento importante, porque a partir de 2003 as universidades, principalmente as federais e algumas estaduais também, passaram a fazer concur-

soos específicos para a contratação de professores especializados em história da África. Então não é um concurso de história do Brasil, é um concurso de história da África. A UFMG só veio fazer um concurso em 2010. Então a lei é de 2003 e passam sete anos para a UFMG criar a disciplina. A disciplina precisa ser criada no currículo para então você fazer um concurso. Isso é um momento importante. Então o meu ingresso aqui culminou com a implantação da disciplina em 2010. Depois da UFMG, a outra Universidade do Estado, dois anos depois foi a UNIFAL-MG que também criou, depois a UFSJ também criou, recentemente a UFOP criou uma disciplina também de história da África. Então assim, num estado que tem 14 Universidades federais, apenas quatro universidades têm a disciplina. É um movimento que a gente ainda considera lento, mas é importante. Algumas estaduais têm aderido, algumas privadas também, então esse é o papel, digamos assim, esse é o quadro atual da história da África no estado. E em relação à sua pergunta mais central, qual o valor da história da África na Universidade, eu responderia assim: O valor da história da África, nem diria o valor, a importância da história da África não é só para a Universidade. Não é possível entender a história do Brasil sem entender a história da África. O Brasil, entre 1500 até 1900. Digamos assim, até 1890, quando de fato o tráfico foi extinto, o tráfico de pessoas escravizadas foi extinto, oficialmente foi 1850, mas a gente sabe que o tráfico ilegal permaneceu por mais de duas décadas depois. É importante lembrar que, durante esse período de 1500 a 1900, a formação do Brasil se dá de forma direta (não passava por Portugal), o Brasil se forma numa relação econômica, cultural, política diretamente com a África. Que África é essa? A gente está falando de Angola. Brasil tem uma íntima relação com Angola desde o século XVI, principalmente pós 1648, quando o Brasil participa diretamente da tomada de Angola da mão dos holandeses, porque o Governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá partiu com uma grande expedição para retomar Angola, que passou oito anos nas mãos dos holandeses. Pós 1648 a dinâmica das relações entre Brasil e Angola são muito próximas. O Alberto da Costa Silva usa um termo que eu gosto muito, ele diz assim: "O Atlântico não era um mar; o Atlântico era como um rio nas relações entre Brasil e Angola, muito perto". Principalmente Rio e Angola. Assim como eram muito próximas as relações entre a Bahia e o Golfo do Benin. Não é por acaso que em Salvador se formou uma população de africanos de origem Nagô no século XIX com instituições claramente estabelecidas, como o candomblé, com organizações de trabalho nas ruas formado por uma população que veio de um lugar específico, que falava a mesma lín-

gua, que tinham costumes semelhantes. Então isso não é por acaso. E a gente está falando ainda de 400 anos de formação do Brasil que se deu com a população indígena que aqui morava, e numa grande parte resistiu fortemente ou aderiu ao projeto colonial, resistiu e foi assassinada, dizimada, massacrada e com uma ampla presença, uma grande maioria de africanos que suplantava numericamente a população de europeus, especialmente em Minas Gerais. Então a gente está falando de formação do Brasil. A história da África é importante para a gente compreender a história da formação da sociedade brasileira. Não é contribuição. Eu estou mudando substancialmente um termo. Eu estou falando de formação. A formação do Brasil não se deu apenas na relação Portugal e Brasil. A formação do Brasil se dá diretamente na relação estabelecida com Angola, com o Golfo do Benin, com a Alta Guiné, com Moçambique, com essa população que aqui chegou, com essa população que trouxe novas línguas, com essa população que trouxe novos costumes, novas tecnologias, novos saberes. A gente tem também que parar de pensar nessa África que trouxe feijoada, que trouxe essas heranças na comida, na música e na dança. Senão a gente fica numa parte muito "folclorizada". Importante evocar esses africanos como pessoas que chegaram aqui e contribuíram fundamentalmente com a mineração do ouro. Os portugueses não sabiam minerar ouro. Os portugueses não vieram de um lugar que tinha a tradição de um lugar que existia ouro. Então esses africanos chegaram aqui, contribuíram com a mineração, com construções, na arquitetura, na lavagem do ouro, do ferro, então são vários aspectos que precisam ser considerados. Então a Universidade, voltando agora ao ponto inicial, quando a Universidade inclui a história da África no seu currículo, ela cumpre com o seu papel de não promover uma história pautada só em uma narrativa eurocêntrica. A história precisa considerar os diversos sujeitos, sejam eles os nativos, os indígenas que viviam aqui, os europeus que aqui chegaram e os africanos também. Foram essas pessoas que participaram da formação do Brasil. Esse olhar precisa ser feito de uma forma horizontal e não vertical, onde quem contribuiu mais ou menos... é a história de uma formação. Então a Universidade contribui para essa construção de uma nova narrativa. O aluno que sai daqui da UFMG e vai dar aula em uma escola privada ou em uma escola pública, aonde quer que seja, ele sai com uma outra formação. Esse aluno jamais vai chegar em uma escola e ter uma visão eurocêntrica da história. Ele vai transmitir uma visão diferente da história da humanidade. Que a história da África faz parte da história da humanidade.

TP: Qual a sua percepção acerca do interesse dos

discentes (graduação e pós-graduação) quanto aos estudos africanos?

V: Eu vou falar um pouco da realidade do curso de história. A disciplina é obrigatória, então o estudante do curso de história tem que fazer a disciplina. É uma só obrigatória, depois tem as optativas, que têm aquele movimento normal de uma optativa, o aluno

tem a liberdade de escolher, mas há uma procura importante, uma grande procura. Eu penso que boa parte da Universidade não sabe que existia a disciplina, ela existe desde 2010, mas em geral o público maior é do departamento de história. Às vezes... eu já tive disciplinas em que eu tive alunos da medicina, direito, psicologia, antropologia, sociologia, educação.



Marcos Paulo

Depende do horário também que a disciplina é oferecida: se for à noite, o público é maior. Se for à tarde ele é menor e menos diversificado. Mas teve um fato importante na Universidade que foi a criação do programa da PRAE (Pró Reitoria de Assuntos Estudantis) de Formações Transversais esse programa promoveu maior difusão das disciplinas que existem na Universidade com temas relacionados à história da África e das relações étnico-raciais. Isso modificou muito o quadro que a gente tinha antes. Antigamente nós tínhamos 10 alunos na disciplina de graduação, hoje as

disciplinas optativas de história da África têm 40, 45 alunos. Então esse programa modificou, ele deu publicidade, digamos assim, ao Programa de Formação Transversal em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira. Esse programa deu nova dimensão para a existência dessas disciplinas. Eu tenho alunos hoje da música, da dança, dos mais diferentes cursos da Universidade. Esse programa criou uma dinâmica diferente e a busca hoje é muito maior de alunos dos mais diferentes cursos. Tem aluno da odontologia! Então teoricamente você fala: "O

que um aluno da odontologia vem fazer em um curso de história da África?”. Os alunos também estão interessados em diversificar a sua formação por todos os debates que foram suscitados no Brasil pós criação da lei nº 10.639. Isso foi uma revolução no ensino do Brasil. Foi e continua sendo.

TP: Qual o significado e a importância das formação transversais para os estudos africanos e relações etnicorraciais na UFMG?

Esse programa de formação transversal foi criado na UFMG em 2015, chamado “Formação Transversal em Relações Raciais e História da África” a ideia do programa é que os alunos possam se especializar, ter uma formação complementar em determinada área.

Então, como eu dizia, o Programa de Formação Transversal em relações raciais e história da África é uma ideia de complementar o currículo de alunos de diversos cursos. Esse programa, que agora ganhou uma sistematização... essa disciplina já existia na UFMG, isso é um ponto importante. Elas já existiam. As disciplinas de história da África estavam sendo dadas, mas agora houve um programa organizado para que as pessoas pudessem buscar. Então esse programa supera o currículo tradicional, porque o currículo tradicional em geral é pautado ainda por uma formação muito eurocêntrica. É claro que eu não posso falar dos outros cursos, porque eu não conheço todos os currículos, mas o da história nem tanto. Mesmo o aluno da história que tinha a oportunidade de fazer um curso só de história da África, ele pode fazer um curso sobre relações étnico-raciais, sobre saberes tradicionais contemporâneos, que em geral trata de questões relativas ao Candomblé. Então o aluno tem mais oportunidade de ampliar a formação e com essa nova formação diferenciada, ele certamente vai ser um professor diferente e que vai promover o ensino diferente quando for para a sala de aula, porque ele é um especialista. É diferente de um aluno que tem uma disciplina obrigatória de 40 horas, do que um aluno que irá ter uma carga horária de 360 horas. O programa de Formação Transversal é de 360 horas a carga horária. E esse aluno vai ter um certificado específico, “Especialista em História da África e Relações Étnico-Raciais”. Ele quando for para uma escola vai dizer “olha, sou especialista nesse assunto”. Certamente esse aluno vai ser indicado para ministrar uma disciplina de história, porque se sabe que ele tem essa formação diferenciada. A Universidade trabalha com essa ideia que os alunos são multiplicadores de saberes. E o programa traz esse saber diferenciado, que pensa a história da África e que pensa as relações étnico-raciais, que são pontos importantes quando os alunos estão na sala de aula.

TP: O Centro de Estudos Africanos (CEA) criado em 2012 está vinculado à política de internacionalização da UFMG. Quais as conexões e limites possíveis a partir desse diálogo com países, pesquisas e pesquisadores de África?

V: Como você já falou, o Centro foi criado em 2012, no reitorado do professor Clélio Campolina. A ideia era ampliar as relações Sul-Sul, as relações da UFMG com os países africanos. No mesmo período foi criado o Centro de Estudos Indianos, Latinos, então a ideia era que a UFMG superasse a tradicional relação Norte-Sul. Essa busca sempre pelos países considerados mais “civilizados” como Europa e América do Norte. Então o Centro foi criado também em um momento em que a UFMG tinha uma relação muito privilegiada dentro da AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa) na qual fazem parte cinco países africanos: Angola, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. E a UFMG tinha a vice-presidência nesse período que o Centro foi criado. Então o reitorado tinha uma relação muito próxima com reitores de Universidades africanas e entendeu-se que aquele era um momento importante que a UFMG deveria utilizar para se aproximar das Universidades africanas, fazer convênios, propor a vinda de professores, de alunos. Inserir as Universidades africanas dentro do Minas Mundi. Isso era uma ideia bem forte. Então o centro foi criado e a partir de então o que nós temos feito em relação à conexões com África foi a aprovação de convênios com várias Universidades, com Agostinho Neto em Angola, a Eduardo Mondlane em Moçambique, a UNICV, que é a Universidade de Cabo Verde e há outros acordos em andamento com uma Universidade em Guiné-Bissau. Eu estou falando de algumas Universidades, mas em Moçambique, por exemplo, a UFMG tem convênio com três Universidades. Então, entre 2012 e agora nós temos cerca de 10 convênios com Universidades africanas e por meio de projetos aprovados pela CAPES e CNPq, os professores têm ido para essas Universidades, para esses países irem fazer pesquisa. Alunos aqui da UFMG também. E ao mesmo tempo que os projetos, um dos editais que nós ganhamos aqui na Universidade, alguns professores ganharam, é de dupla mobilidade Um projeto de mobilidade internacional. Então ele previa a ida de quatro alunos da UFMG de graduação e doutorado e a vinda de alunos de graduação, mestrado e doutorado também de Universidades africanas. Somente eu, em dois anos, recebi cerca de sete alunos moçambicanos e enviei oito alunos daqui para lá, alunos, de graduação e doutorado. Eu estou falando só do meu caso, então tiveram professores da letras, professores da engenharia, da medicina, da educação, todos eles foram contemplados com esse

editado e eles também receberam professores, alunos aqui. Então as conexões com a África têm sido feitas, ou seja, resumindo, pesquisas de campo, professores que vão ministrar disciplinas, professores de lá que vem pesquisar aqui e ministrar disciplinas, os alunos de doutorado e graduação que vão fazer pesquisa em arquivos, alunos de lá que vem para cá. Então são essas parcerias de investigação, de ensino que têm acontecido. É claro que a gente pretende avançar mais nessas políticas, nessas conexões, mas a pauta principal das nossas conexões com os países africanos tem se dado por meio das investigações.

TP: Qual a importância dos estudos africanos no Brasil?

V: Os estudos africanos no Brasil devem ser entendidos como de vital importância para todos os segmentos sociais. Especialmente para a população negra. Todo mundo. Brancos precisam aprender a história da África para aprender a respeitar. Os negros precisam aprender para se respeitar e respeitar o outro. É uma história mesmo de formação. Quando a gente aprende a história da nossa formação, a gente aprende a se respeitar e respeitar o outro. Se você perguntar "quais usos que o Movimento Negro faz hoje dos estudos africanos?" eu não saberia. Será que eles fazem uso dos estudos para fortalecer a luta? Usam os estudos africanos para na busca dessa tradição fortalecer a luta? Então eu não saberia dizer hoje porque precisaria de uma pesquisa. Que tipo de uso se faz? A gente não é africano, a gente é brasileiro. Mas é importante conhecer a nossa história e os processos que a gente passou do apagamento de uma memória. A gente foi ensinado que os nossos ancestrais eram os portugueses, que a gente se tornou um país mestiço, todo mundo é igual e que o Brasil é o país da miscigenação. Então quando a gente estuda a história da África, nós passamos a aprender essa nossa outra tradição, essa outra cultura que faz parte da nossa formação enquanto povo. Vou dar um exemplo: ontem eu estava em um evento em que várias pessoas do Movimento Negro estavam, uma das pessoas falou assim para a colega, sendo ela brasileira: "Essa nossa colega, é africana". Eu chamaria isso de um uso de história da África. Eu não sei se seria dos Estudos Africanos, mas africana no sentido de que ela se veste como uma mulher africana, que ela sustenta essa estética, que ela é pesquisadora também de indumentária africana, então como ela pesquisa, ela recorre a essa estética tradicional africana. Esse tipo de uso é um uso também político importante de dizer que "os meus valores, não são valores impostos por uma sociedade pautada por valores e padrões brancos". Ela está dizendo "olha, eu me pauto por outro valor. O meu valor é de uma ancestralidade

africana que em geral é negada por essa sociedade de padrões ocidentais". Isso é importante. Mas eu olho e ela não é africana, ela é brasileira., mas existe ali uma leitura de África e um uso de África. O que eu concluiria com essa minha fala é que todo mundo deveria estudar História da África e as implicações de determinadas leituras ou não de África. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ideia de os brancos no século XIX, na época da formação das leis segregacionistas. Se pautaram por um discurso de que os negros nos Estados Unidos não eram americanos, e sim africanos. Então, começava-se um processo de violência com mensagens do tipo "volte para a África". Ou seja, os negros nos Estados Unidos não eram americanos, eles eram africanos. Isso pautou uma política racial. Alguns intelectuais, alguns militantes da época endossaram essa ideia de que realmente era melhor voltar para África, como o caso de Marcus Garvey: "vamos voltar para a África que lá é nossa mãe, nossa terra de origem, de onde a gente saiu." E outro grupo dizia "não, eu nasci aqui, eu sou afro-americano e não africano". Então o perigo desse discurso de "eu sou africano" a gente tem que lembrar que nós moramos aqui e que nós temos que buscar as políticas públicas de afirmação aqui no Brasil, a gente não vai buscar lá. É esse cuidado que a gente tem que ter nos usos, qual África a gente busca; Uma África tradicional, rural. Será que os africanos gostam de ser lembrados por essa África tradicional, rural que enaltece só a oralidade e se esquece dos novos padrões modernos, contemporâneos. Essas pessoas estão na Universidade, estão escrevendo, têm acesso a tudo. A gente fica achando "ah, uma África de tambor, de oralidade, de um certo padrão estético". São os cuidados que a gente deve ter nos usos dessa África, as apropriações cada um faz à sua maneira.

TP: Qual o papel da disciplina "Tópicos em estudos africanos e afrobrasileiros – Biografias de africanos na história moderna" ministrada por você na Formação Transversal em Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira?

V: Essa disciplina pretende pensar os africanos não apenas como parte de uma história demográfica. Os africanos que foram levados para todas as partes das Américas. Não se tratou de uma imigração. Imigração acontece quando é um ato voluntário. A exportação de africanos do continente para todas as partes da América foi parte daquilo que a gente chama de uma diáspora, de uma migração forçada. E nos estudos mais tradicionais, os africanos eram, em geral, tratados como números: quantos embarcaram, quantos desembarcaram, quantos morreram, quantos chegaram em determinado local, quantos moravam em determinada fazenda... Então os afri-

canos, através de uma pesquisa bibliográfica, deixam de ser números e passam a ser pessoas, sujeitos. Então a ideia nessa disciplina é conhecer bibliografias de africanos que chegaram nas Américas e que tiveram (é claro que são poucos os documentos que tratam dessas pessoas), mas a partir dessas documentações que já foram encontradas e já foram estudadas, conhecer essas biografias extraordinárias de homens e de mulheres que, apesar de estarem inseridos em sociedades escravistas, essas pessoas tiveram suas vidas registradas e tiveram trajetórias extraordinárias. Então nessa disciplina, nós estudaremos trajetórias de pessoas famosas, como o Baquaqua, Olaudah Equiano, Juan Garrido, que moraram nos Estados Unidos ou de pessoas que moraram no Brasil, como mostrado nos estudos do João Reis, o Domingos Sodré, o Ricardo ou a própria história da Rosalie Poulard, uma mulher que viveu em São Domingos, hoje é o Haiti. São essas trajetórias extraordinárias que precisam ser conhecidas, porque os africanos eram pessoas, eram seres humanos e contribuíram com a sociedades nas quais eles viveram. Então essa é a ideia da disciplina; conhecer as biografias de africanos numa perspectiva da História Atlântica e do chamado "Black Atlantic", como essas sociedades que se formaram em torno do Atlântico, como os africanos se desenvolveram, se organizaram nessas sociedades Atlânticas.

TP: Você poderia nos falar sobre a configuração de novos movimentos negros no Brasil?

V: O que eu tenho achado interessante no Brasil nos últimos anos é a profusão de movimentos sociais com vieses étnico-raciais. Por exemplo: Movimento LGBT Negro vários tipos de movimentos que buscam discutir questões raciais em determinado segmento. Feminismo Negro, pois uma coisa é você ser uma mulher feminista branca e rica, outra coisa é você ser uma feminista negra e pobre. São mundos diferentes, são leituras de mundo diferente, são vivências diferentes. Experiências de mundo diferentes. Então eu vejo com muito bons olhos qualquer movimento: Movimento da Juventude Negra, Movimento dos Estudantes Negros, Movimento Lésbico Negro, Movimento Feminista Negro. Eu vejo isso com muito bons olhos, porque quando as pessoas se sentam para pensar determinados problemas que as atingem, se sentam, problematizam e buscam solução. E mais importante que isso: não é sentar esperando solução: essas pessoas buscam o enfrentamento das situações. Elas já sabem que quando elas forem no shopping, determinadas coisas podem acontecer e elas já sabem como vão reagir. Essas pessoas têm hoje nas mãos delas muito mais informação e têm uma mídia social extremamente potente e que um

simples fato acontecido aqui pode ser visto imediatamente por um milhão, dois milhões, três milhões de pessoas. Eu vejo com muito otimismo, do ponto de vista político mesmo, de empoderamento político o surgimento de novos movimentos. Não sei nem se as pessoas se identificam como Movimento Negro, mas aparecem várias vertentes de movimentos que buscam entender essas questões que assolam a nossa sociedade, que é o racismo, sempre velado. Essas coisas do Brasil. Em uma pesquisa que foi publicada recentemente, 97% das pessoas conhecem alguém racista, mas ninguém é racista. O Brasil é um país com racismo e sem racistas. Isso é um ponto importante. A pessoa diz que não é racista, mas ela não fala com você porque você ou eu sou negra. Então essa nova juventude que se organizam, como eles chamam hoje, de coletivos, essas pessoas têm capacidade de mudar o mundo. Elas podem não mudar o mundo inteiro, mas vão modificar o mundo no qual elas vivem. Elas têm mais liberdade. Hoje as meninas que participam de um coletivo negro numa escola, elas têm outra leitura sobre o cabelo, sobre a fala de racismo que aparece na escola, a fala de racismo que pode aparecer no shopping. Ou seja, a gente tem um novo momento de politização de uma juventude negra no Brasil. Que está amparada nessa tradição do Movimento Negro. Ela pode não estar filiada institucionalmente, mas está amparada nessa tradição de uma organização para buscar tanto políticas públicas para o enfrentamento como essas pessoas também buscam soluções para o enfrentamento cotidiano do racismo.

TP: Qual balanço você faz das pesquisas, da admissão por concursos públicos de pesquisadores, das linhas de pesquisa que tratam dos estudos africanos na história, na antropologia, na sociologia, na política e demais campos do saber?

V: Hoje a gente tem, entre 2003 e 2016 já se passaram 13 anos. Então o quadro das pesquisas no Brasil mudou completamente. Eu fiz uma pesquisa na qual eu comparo a produção antes de 2003 e a quantidade de teses e dissertações publicadas na área de história no Brasil. Então a gente tem um quadro completamente diferente. A começar que a maioria das Universidades do Brasil têm um professor de história da África. E esses professores estão inseridos na pós-graduação. Só um exemplo dentro da UFMG: eu entrei em 2010. Entre esse ano e 2016, eu tenho cinco dissertações defendidas. Cinco novos trabalhos sobre história da África foram defendidos na UFMG. Uma média de quase um trabalho por ano. Isso mostra, no caso da UFMG, um aumento de 500% em cinco anos. Certamente, se não houvesse a lei, os concursos, eu não teria. Eu tenho cinco alu-

nos que defenderam e tenho mais seis para defender. Ou seja, quando eu completar dez anos vai ter uma média de dez trabalhos defendidos. Acabou de entrar

um professor novo de História da África, o Alexandre. Certamente em mais ou menos um semestre ele passa a orientar, então se a gente fizer uma perspectiva



para os próximos 20 anos, se em dez anos a gente tem dez trabalhos, em 20 anos eu e ele temos 30 trabalhos defendidos. Então você pode pensar isso para o Brasil, a UFF. por exemplo, tem 5 professores de história da África. Isso é muito bom. A lei, conjugada com os concursos e a inserção desses professores na pós-graduação tem produzido uma grande quantidade de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros publicados sobre a história da África. Por outro lado tem havido uma maior produção de livros didáticos. Não é grande, mas assim, não havia nada, hoje a gente tem, de livros que eu conheço dedicados diretamente à história da África, eu conheço 6 livros novos que podem ser usados na escola. Livros didáticos e paradidáticos. Então a gente tem uma transformação pequena, mas uma transformação importante no Brasil dos estudos africanos. Então isso, a curto e médio prazo, porque em 2003 você não podia dizer curto prazo, estava todo mundo ainda aprendendo. Não havia aluno formado. Mas eu penso positivamente que a um curto e médio prazo, a escola vai estar mais transformada em relação ao que a gente tem produzido na Universidade. Porque a gente sabe que existe uma distância entre o que a gente pesquisa e produz aqui, artigo e livros e o que chega na escola. São conteúdos completamente diferentes. Porque quem publica os livros didáticos em geral não são os grandes pesquisadores. Agora, recentemente, três grandes pesquisadores brasileiros especialistas em história da África publicaram livros. Marina de Mello e Souza, Regiane Santos e o José Rivair Macedo. Ou seja, três pesquisadores da área de África escreveram e publicaram livros sobre a história da África para a escola básica. Isso e a Leila Hernandez também publicou um manual. São quatro

livros importantes, que têm criado já, na minha leitura, um quadro na escola. Não em todas as escolas, é muito comum você participar de um curso de formação de professores e as pessoas falarem assim: "A lei nunca chegou na minha escola". Ou as escolas reduzirem a exigência de ensinar a história da África a "Semana da África", transforma o conteúdo que era para ser ministrado o ano inteiro numa Semana da África ou transforma tudo isso num evento no dia 21 de novembro que é o Dia do Zumbi dos Palmares. Então resume à uma semana ou a um dia, leva um grupo de capoeira, leva um grupo de congado, folcloriza a África, ninguém ensinou nada sobre África. Congado não é África, Candomblé não é África, Capoeira não é África. A gente está falando de tradições afro-brasileiras. Isso é Brasil. Estudar África é outra coisa muito diferente. A África tem sua história, que foi construída nos vários períodos da história, antiga, medieval, moderna, contemporânea e em relação com outros continentes, como os outros continentes tiveram as suas histórias relacionadas à história da África. E a história da África tem que ser compreendida como parte da história universal. Hoje a gente tem esse movimento e eu penso que isso tem impactado já o cotidiano. Quando o menino aprende alguma coisa na escola, ele fala em casa. Ele redimensiona o que ele vai dizer em relação à determinados aspectos da cultura negra no Brasil ou da cultura negra africana.

TP: Agradecemos pela oportunidade em dialogar sobre temas tão importantes com estudiosa de História da África. Esperamos contribuir pra ampliação dessas discussões, bem como de ações que contemplem maior compreensão e o cumprimento de diretrizes que engendram o processo de formação do Brasil.